IBGE
Contas Nacionais n. 67 • ISSN 1415-9813

Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2017

SCN

ISBN 978-85-240-4512-7
© IBGE, 2019

A presente publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, é uma síntese do desempenho da economia brasileira no ano de 2017 sob a perspectiva dos resultados do Sistema de Contas Nacionais - SCN[1].

O SCN, que segue as recomendações internacionais do manual *System of National Accounts 2008*, apresenta informações sobre a geração, a distribuição e o uso da renda no País. Há também dados sobre a acumulação de ativos, patrimônio financeiro e as relações entre a economia nacional e o resto do mundo.

As Tabelas de Recursos e Usos do SCN apresentam a produção e a geração da renda por atividades econômicas, assim como a oferta e a demanda por produtos. A classificação de atividades do SCN é baseada na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

As Contas Econômicas Integradas oferecem um recorte da economia por setores institucionais - Empresas não financeiras; Empresas financeiras; Governo, Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias; e Famílias.

Em 2017, o Produto Interno Bruto - PIB voltou a apresentar crescimento, de 1,3%, após a queda acumulada de 6,7% no biênio 2015-2016. Em valores correntes, o PIB em 2017 foi de R$ 6 583 bilhões, o que corresponde a um PIB *per capita* de R$ 31 833,50. O crescimento do PIB *per capita* foi de 0,5% levando seu patamar a ficar próximo, em termos reais, ao observado em 2010.

O crescimento do PIB em 2017 resultou de um aumento de 1,3% do valor adicionado bruto e de 1,8% dos Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios.

Síntese do desempenho da economia brasileira
2017

1,3%
PIB
Variação em volume

PIB
per capita
R$ 31 833,50

14,6%
Taxa
de investimento

2,1%
Consumo das famílias
variação em volume

R$ 6 583
bilhões
Produto Interno Bruto

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

[1] Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2015, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa. Outras informações sobre o SCN estão disponíveis em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html.

O PIB pela ótica da produção

O PIB pela ótica da produção é calculado somando-se ao valor adicionado bruto gerado por cada atividade econômica o total dos impostos sobre os produtos, líquidos de subsídios.

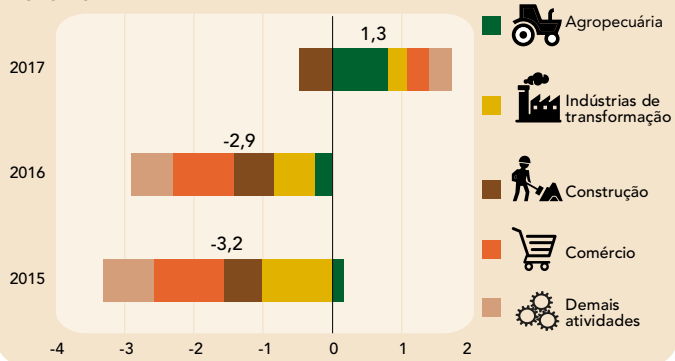
O valor adicionado bruto cresceu em volume 1,3% em 2017, dos quais 0,8 ponto percentual é explicado pelo crescimento de 14,2% da Agropecuária. O setor de Serviços contribuiu com 0,6 ponto percentual, enquanto a Industria teve contribuição negativa de 0,1 ponto percentual.

Os principais produtos responsáveis pelo aumento da produção da atividade Agropecuária foram o milho e a soja, com crescimento em volume de 57,0% e 19,6%, respectivamente. As exportações de produtos agrícolas e de seus derivados foram as principais responsáveis pelo aumento da produção, tendo crescido 37,6% no caso do milho, 32,1% no caso da soja e 23,4% para o conjunto dos produtos agropecuários.

A Indústria apresentou queda de 0,5% em volume, constituindo o quarto ano seguido de variação negativa. No entanto, dos grupos de atividades que compõem a Indústria, as *Indústrias extrativas*, *Indústrias de transformação* e *Eletricidade e gás* apresentaram crescimento em 2017, sendo a queda do conjunto da Indústria explicada unicamente pelo recuo de 9,2% no valor adicionado bruto da atividade *Construção*.

Contribuição para a variação, em volume, do valor adicionado bruto a preços básicos, por grupo de atividades econômicas (%)

2015-2017



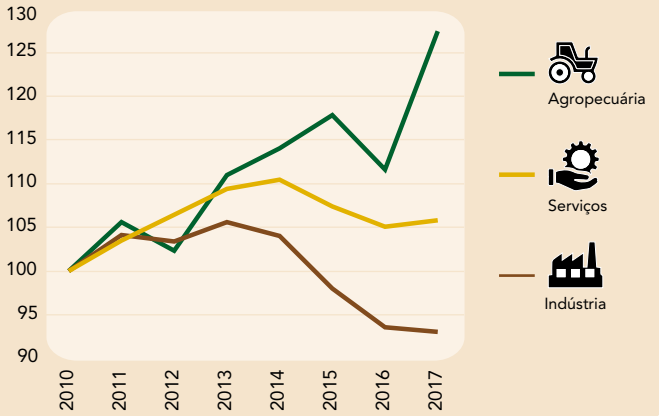
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A *Indústria de transformação* apresentou crescimento em volume de 2,3% no ano, interrompendo uma série de três anos consecutivos de queda. As atividades que mais contribuíram para esse crescimento da *Indústria de transformação* foram a *Fabricação de equipamentos de informática* e a *Fabricação de automóveis* que registraram elevação em volume de 23,3% e 18,5%, respectivamente. Apesar do crescimento observado no ano de 2017, em termos de volume do valor adicionado bruto, a *Indústria de transformação* ainda se encontrava num nível 15,0% abaixo do seu patamar máximo, observado no ano 2013.

Valor adicionado bruto a preços básicos, por grupos de atividades econômicas

(Número índice: 2010 = 100)

2010-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

No ano 2017 os únicos grupos de atividades da economia que apresentaram queda em volume no valor adicionado bruto foram a *Construção* e a *Atividade financeira e seguros* com desempenhos, respectivamente, de -9,2% e -1,1%. A atividade *Construção* mantém desde 2014 uma série de resultados negativos, que resultaram em uma queda acumulada de 27,3% no volume do valor adicionado bruto da atividade, além da perda de aproximadamente ⅓ de sua participação no PIB (6,4% em 2013, contra 4,3% em 2017). Pelo lado dos usos, o principal responsável por essa redução da produção da atividade foi a queda dos investimentos, observada em todos os segmentos da *Construção*. Em 2017 os investimentos em *Edificações* caíram 8,3%, em *Obras de infraestrutura* se reduziram 11,8% e em *Serviços especializados da construção* recuaram 7,2%.

As atividades de *Serviços*, por sua vez, cresceram 0,8%. Dentro desse grupo de atividades, a maior contribuição para o crescimento do valor adicionado bruto veio da atividade *Comércio* que, após dois anos seguidos de quedas, registrou crescimento de 2,3% e contribuiu com 0,3 pontos percentuais para o crescimento de 1,3% do valor adicionado bruto da economia. O aumento do consumo das famílias de produtos como telefones celulares (13,0%), aparelhos de TV, rádio e som (17,7%), eletrodomésticos (10,6%) e computadores e periféricos (15,8%) em relação aos níveis deprimidos do ano anterior tiveram contribuição relevante para o desempenho do *Comércio*.

Em 2017 o valor adicionado bruto e as ocupações cresceram 1,3%, resultando em uma estabilidade dessa relação. Em termos de volume, o valor adicionado bruto por ocupação em 2017 encontrava-se 3,5% abaixo do maior nível da série, registrado em 2013, e correspondia a um patamar próximo ao observado no ano 2010. Dentre as atividades que possuem maior participação no total de ocupações, *Construção* (-13,4%), *Comércio* (-8,9%) e *Transportes* (-14,0%) registraram as maiores quedas na relação no período 2010-2017, enquanto a atividade *Informação e comunicação* apresentou crescimento, em termos de volume, de 9,2% no período.

Variação, em volume, do valor adicionado bruto a preços básicos, segundo as atividades econômicas (%)

2017

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O PIB pela ótica da demanda

Além da contribuição de cada atividade econômica, o PIB também pode ser calculado pela soma dos componentes da demanda final, que são o consumo final, os investimentos e as exportações, uma vez descontado o valor das importações.

Em 2017 as despesas de consumo final tiveram um crescimento em volume de 1,3%. O consumo das famílias, que possui o maior peso na demanda final, representando 63,1% do PIB, cresceu 2,1%, depois de 2 anos consecutivos de queda (-3,8% e -3,2%, respectivamente). O patamar reduzido de consumo resultou também em uma variação de apenas 3,3% no preço dos bens e serviços consumidos pelas famílias em 2017, a menor variação observada desde o ano 2000. Já a despesa de consumo final do governo, que engloba as despesas com bens e serviços oferecidos pelo governo à coletividade, caiu 0,7% em 2017.

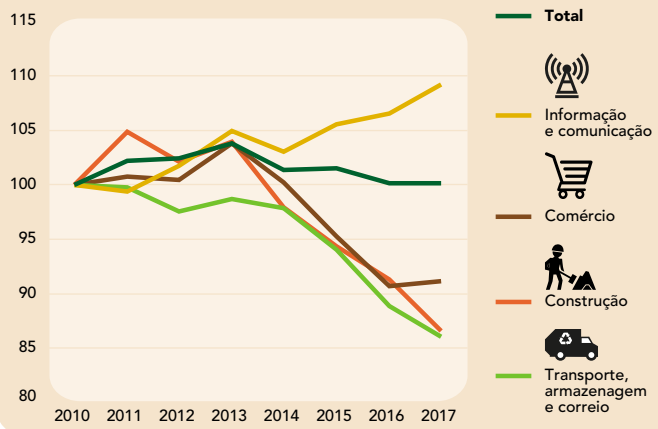
Ao contrário do que ocorreu em 2016, a maior parte dos grupos de produtos que compõem as despesas do consumo final das famílias apresentaram variações positivas de volume em 2017. Dentre os grupos de produtos que tiveram maior contribuição para o aumento no consumo das famílias destacam-se os artigos de residência (7,3%), a comunicação (3,9%) e alimentação e bebidas (3,3%).

A formação bruta de capital fixo (FBCF) da economia brasileira somou R$ 959 bilhões em 2017. Sua variação em volume foi de -2,6%, evidenciando uma queda menor do que a registrada em 2016 (-12,1%). Ainda assim, sua variação foi mais acentuada do que a dos demais componentes da demanda agregada, reduzindo o movimento de crescimento observado na economia. Com isso, a taxa de investimento (FBCF/PIB) observada em 2017 (14,6%), é a menor da série iniciada em 1995.

Valor adicionado por ocupação

(Número índice: 2010 = 100)

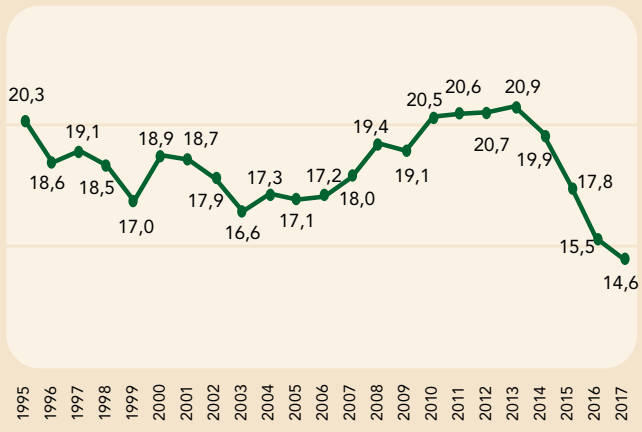
2010-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Evolução da taxa de investimento (%)

1995-2017

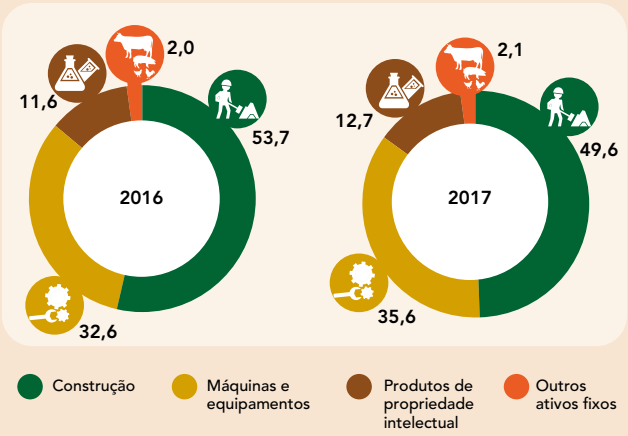


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A estrutura da FBCF sofreu algumas variações entre os anos de 2016 e 2017. Embora a *Construção* seja o grupo de maior relevância, sua representatividade diminuiu, passando de 53,7% em 2016 para 49,6% em 2017. O segundo grupo mais importante, *Máquinas e equipamentos*, aumentou sua relevância, passando de 32,6% para 35,6%. Os *Produtos de propriedade intelectual*, embora com peso menor, também aumentaram sua participação de 11,6% para 12,7%.

Componentes da formação bruta de capital fixo (%)

2016-2017

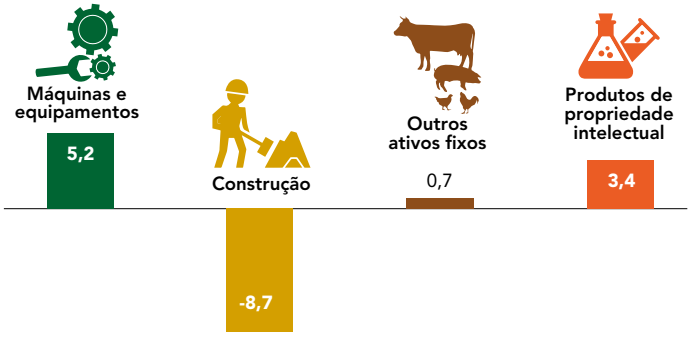


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A participação da construção residencial em 2017 foi de 47,8% do total da *Construção*, enquanto outros edifícios e estruturas responderam por 52,2%. A composição do grupo *Máquinas e equipamentos* ficou: 30,4%, equipamentos de transporte; 17,5%, equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e 52,1%, outras máquinas e equipamentos. No que se refere aos *Produtos de propriedade intelectual*, 64,4% correspondem a software, bancos de dados e exploração mineral e 35,6%, pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Variação em volume dos componentes da formação bruta de capital fixo (%)

2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Quanto à variação em volume dos componentes da FBCF, apenas *Construção* apresentou retração em 2017, com variação de -8,7%. Ao contrário de 2016, todos os demais componentes tiveram variação positiva. O investimento em *Máquinas e equipamentos* cresceu 5,2%, em *Produtos de propriedade intelectual*, 3,4% e em *Outros ativos fixos*, 0,7%.

Em 2017 a contribuição direta do saldo externo para o crescimento do PIB foi negativa em, aproximadamente 0,2 ponto percentual. As exportações de bens e serviços cresceram 4,9% em volume, menos que as importações que, após três anos de queda, registraram crescimento de 6,7%.

O PIB pela ótica da renda

O PIB pela ótica da renda é calculado a partir da soma dos rendimentos dos fatores de produção utilizados no processo produtivo, inclusive os impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação. Sob esse ponto de vista, o cálculo do PIB resulta da agregação desses impostos com remunerações dos empregados, excedente operacional bruto e rendimento misto das famílias. Entre esses componentes, a maior taxa anual de crescimento foi dos impostos líquidos de subsídios que contribuíam com 14,5% do PIB em 2016 e passaram a contribuir com 14,9% em 2017.

Componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da renda

2016-2017

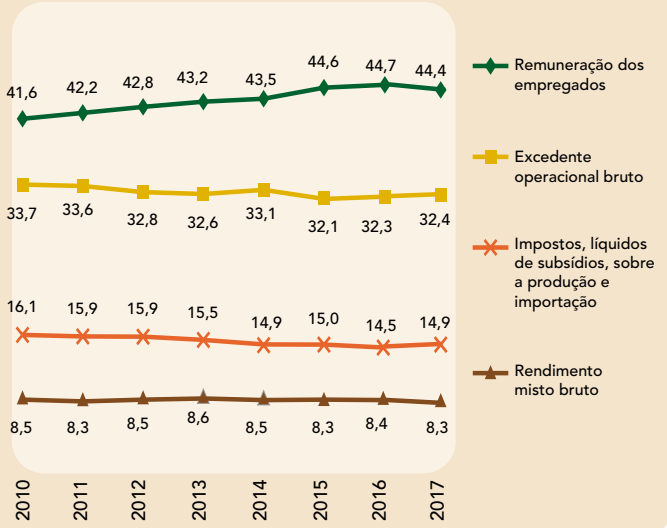
Componentes do PIB	2016		2017	
	R$ bilhões	%	R$ bilhões	%
Produto Interno Bruto	6 269	100,0	6 583	100,0
Remuneração	2 802	44,7	2 920	44,4
Salários	2 229	35,6	2 312	35,1
Contribuições sociais	573	9,1	608	9,2
Rendimento misto bruto	529	8,4	547	8,3
Excedente operacional bruto	2 028	32,3	2 132	32,4
Impostos, líquidos de subsídios,sobre a produção e importação	910	14,5	983	14,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A remuneração teve queda em termos de participação no total do PIB no último ano (de 44,7% em 2016 para 44,4% em 2017). Essa redução está relacionada à diminuição de 1,3% no número de ocupações com vínculo formal que foi acompanhada pelo crescimento das ocupações sem carteira (4,8%). *Construção, Indústria extrativa* e *Agropecuária* tiveram as maiores quedas percentuais das ocupações com vínculo de trabalho, enquanto que as *Atividades imobiliárias* e *Transporte, armazenagem e correios* apresentaram as maiores variações percentuais de ocupações sem carteira.

Evolução da participação dos componentes do Produto Interno Bruto pela ótica da renda (%)

2010-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O peso do rendimento misto no PIB passou de 8,4% em 2016 para 8,3% em 2017, sendo que no mesmo período cresceu 3,7% o número de ocupações autônomas (ocupações por conta própria, empregadores de unidades informais e trabalho não remunerado), principalmente nas atividades de *Serviços*.

Ocupações, segundo a forma de inserção no mercado de trabalho

2016-2017

Ocupações	2016		2017	
	em milhares	%	em milhares	%
Com vínculo formal	52 893	52,7	52 219	51,4
Sem carteira	16 540	16,5	17 329	17,1
Autônomos	30 930	30,8	32 069	31,6
Total	100 362	100	101 617	100

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Evolução do valor adicionado bruto e das ocupações por grupo de atividades

De acordo com a série, do período de 2001 a 2017, de variação em volume das atividades econômicas, mostrada na tabela abaixo, as atividades com maior frequência de anos de crescimento foram *Informação e comunicação, Atividades imobiliárias* e *Administração, saúde e educação públicas*. A série também mostra que quedas mais significativas do valor adicionado bruto são raras, destacando-se as atividades *Eletricidade* (2001), *Indústrias de transformação* (2009 e 2015), *Comércio* (2015 e 2016) e *Construção* (2003, 2015, 2016 e 2017). Os anos de 2004 a 2008 foram de crescimento em praticamente todas as atividades enquanto os anos 2015 e 2016, por outro lado, registraram queda generalizada do valor adicionado bruto.

Variação em volume do valor adicionado bruto a preços básicos (%)

2001-2017

Grupos de atividades	Variação em volume do valor adicionado bruto a preços básicos (%)																
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	1,5	3,6	1,2	5,7	3,0	3,7	5,8	4,7	(-) 0,1	7,0	3,7	1,6	2,9	0,5	(-) 3,2	(-) 2,9	1,3
Agropecuária	5,2	8,0	8,3	2,0	1,1	4,6	3,2	5,8	(-) 3,7	6,7	5,6	(-) 3,1	8,4	2,8	3,3	(-) 5,2	14,2
Indústrias extrativas	5,4	15,2	4,6	(-) 0,5	6,8	6,5	2,9	4,1	(-) 2,1	14,9	3,5	(-) 1,9	(-) 3,2	9,1	5,7	(-) 1,2	4,9
Indústrias de transformação	0,7	2,1	2,7	9,1	2,2	1,2	6,1	4,1	(-) 9,3	9,2	2,2	(-) 2,4	3,0	(-) 4,7	(-) 8,5	(-) 4,8	2,3
Eletricidade, gás e água	(-) 7,7	4,3	3,7	6,0	3,1	4,1	6,1	2,6	0,7	6,3	5,6	0,7	1,6	(-) 1,9	(-) 0,4	6,5	0,9
Construção	(-) 1,6	4,8	(-) 8,9	10,7	(-) 2,1	0,3	9,2	4,9	7,0	13,1	8,2	3,2	4,5	(-) 2,1	(-) 9,0	(-) 10,0	(-) 9,2
Comércio	1,8	(-) 2,4	(-) 0,4	9,3	3,1	5,0	8,3	5,3	(-) 2,3	11,1	2,3	2,4	3,4	0,6	(-) 7,3	(-) 6,6	2,3
Transporte, armazenagem e correio	0,2	4,0	(-) 2,2	5,4	3,6	2,5	5,1	7,6	(-) 4,4	11,2	4,3	2,0	2,6	1,5	(-) 4,3	(-) 5,6	1,0
Informação e comunicação	6,5	6,3	2,3	4,3	5,8	0,8	6,4	9,8	0,0	5,4	6,5	7,0	4,0	5,3	(-) 0,9	(-) 2,0	1,4
Atividades financeiras e de seguros	1,2	3,8	(-) 3,2	3,8	5,8	8,2	15,1	13,2	8,8	9,3	6,2	1,5	1,8	(-) 0,6	(-) 1,2	(-) 3,4	(-) 1,1
Atividades imobiliárias	3,2	3,9	3,9	5,5	4,2	4,7	6,0	1,4	3,0	4,9	1,9	5,1	5,1	0,7	(-) 0,4	0,2	1,3
Outras atividades de serviços	(-) 0,4	4,5	(-) 0,1	3,7	4,9	3,8	3,6	4,7	3,0	3,3	4,6	3,6	1,6	1,9	(-) 3,7	(-) 1,3	0,7
Administração, saúde e educação públicas	3,6	2,7	3,2	4,1	1,0	3,9	2,2	0,6	3,4	2,2	1,9	1,3	2,2	0,1	0,2	0,3	0,1

Taxa < -8% | -8% ≤ taxa < -6% | -6% ≤ taxa < -4% | -4% ≤ taxa < -2% | -2% ≤ taxa < 0%

0% ≤ taxa < 2% | 2% ≤ taxa < 4% | 4% ≤ taxa < 6% | 6% ≤ taxa < 8% | Taxa ≥ 8%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
Nota: A escala de cores indica variações positivas ou negativas. Conforme a taxa apresente resultados positivos maiores sua coloração terá tons mais escuros de verde, enquanto a tonalidade salmão será mais forte para resultados negativos mais expressivos.

Variação do número de ocupações (%)
2001-2017

Grupos de atividades	Variação do número de ocupações (%)																
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	0,8	3,9	1,6	5,0	3,0	2,8	1,6	1,2	0,9	1,6	1,5	1,4	1,6	2,9	(-) 3,3	(-) 1,6	1,3
Agropecuária	(-) 4,1	2,6	1,5	7,2	0,7	(-) 3,1	(-) 4,2	(-) 2,8	(-) 3,0	(-) 2,0	(-) 7,1	(-) 6,6	0,1	5,4	(-) 7,3	(-) 0,2	(-) 0,2
Indústrias extrativas	(-) 0,1	5,8	1,8	8,9	0,9	(-) 1,2	8,7	0,5	0,8	9,8	9,7	2,4	2,9	(-) 2,1	(-) 4,8	(-) 15,3	(-) 4,2
Indústrias de transformação	(-) 1,3	3,5	3,9	8,4	8,0	0,2	4,1	3,2	(-) 1,3	6,1	1,4	1,5	1,5	(-) 1,7	(-) 5,9	(-) 5,5	1,4
Eletricidade, gás e água	4,9	(-) 4,6	3,9	5,7	1,7	2,8	1,9	6,4	1,3	4,5	3,8	0,0	3,9	(-) 9,2	(-) 1,1	(-) 1,3	3,2
Construção	0,4	4,4	(-) 3,4	3,7	4,7	1,1	5,0	4,9	5,8	8,5	3,2	5,9	2,7	3,9	(-) 5,6	(-) 7,0	(-) 4,3
Comércio	2,6	5,7	2,9	2,0	4,1	4,5	2,3	(-) 1,7	2,4	2,0	1,5	2,7	0,1	4,2	(-) 2,5	(-) 1,9	1,8
Transporte, armazenagem e correio	3,2	5,9	1,0	2,6	3,6	3,4	3,4	5,8	(-) 7,8	4,2	4,5	4,4	1,5	2,3	(-) 0,5	(-) 0,1	4,3
Informação e comunicação	(-) 0,5	5,5	7,6	3,6	7,9	9,0	3,5	4,6	(-) 0,8	3,2	7,1	4,6	0,8	7,2	(-) 3,3	(-) 3,0	(-) 1,1
Atividades financeiras e de seguros	1,9	3,4	3,8	(-) 1,4	1,4	1,2	4,2	(-) 2,3	1,5	6,1	3,1	1,6	(-) 0,7	8,5	(-) 1,6	0,8	(-) 1,1
Atividades imobiliárias	(-) 0,1	4,6	(-) 5,9	(-) 0,4	(-) 0,5	7,8	5,6	(-) 3,6	(-) 3,7	7,3	0,3	7,1	5,9	3,4	3,0	4,5	0,6
Outras atividades de serviços	3,1	3,9	0,9	5,5	1,7	6,4	1,4	3,4	2,8	(-) 1,8	4,9	2,3	1,3	4,2	(-) 1,4	0,4	3,4
Administração, saúde e educação públicas	2,7	2,6	2,5	3,9	1,8	5,1	5,1	1,1	2,5	3,9	1,7	2,3	5,9	(-) 1,5	(-) 2,2	(-) 0,4	(-) 0,6

Taxa < -8% | -8% ≤ taxa < -6% | -6% ≤ taxa < -4% | -4% ≤ taxa < -2% | -2% ≤ taxa < 0%

0% ≤ taxa < 2% | 2% ≤ taxa < 4% | 4% ≤ taxa < 6% | 6% ≤ taxa < 8% | Taxa ≥ 8%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
Nota: A escala de cores indica variações positivas ou negativas. Conforme a taxa apresente resultados positivos maiores sua coloração terá tons mais escuros de verde, enquanto a tonalidade salmão será mais forte para resultados negativos mais expressivos.

Variação de preços do valor adicionado bruto a preços básicos, em relação à média da economia (%)
2001-2017

Grupos de atividades	Variação de preços do valor adicionado bruto a preços básicos (%)																
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	7,0	9,5	14,4	7,0	7,6	7,3	7,0	8,2	8,6	8,3	8,6	8,3	8,1	8,7	7,0	8,3	3,3
Agropecuária	5,4	19,5	20,0	2,6	(-) 10,0	(-) 0,3	10,5	11,8	9,1	0,5	12,5	9,0	10,5	1,2	0,3	24,9	(-) 13,5
Indústrias extrativas	21,2	22,9	20,1	26,9	33,1	16,5	(-) 7,4	40,4	(-) 36,1	52,6	42,9	16,8	5,1	(-) 10,5	(-) 43,3	(-) 49,2	55,3
Indústrias de transformação	8,6	4,6	31,4	9,2	5,8	5,0	6,7	8,2	10,5	4,0	2,0	2,1	5,5	12,2	15,4	12,6	2,0
Eletricidade, gás e água	24,8	11,1	7,3	12,5	5,1	2,3	(-) 1,0	(-) 3,6	10,5	14,1	1,1	0,3	(-) 8,9	3,3	31,6	9,6	7,6
Construção	(-) 0,6	11,5	(-) 9,1	9,2	5,3	5,1	8,8	3,4	25,9	18,3	4,3	10,1	4,9	7,9	6,0	3,3	(-) 2,0
Comércio	9,7	7,7	43,2	7,5	16,8	9,9	9,4	12,9	15,0	3,5	12,3	12,0	8,3	9,6	9,3	9,3	4,2
Transporte, armazenagem e correio	7,2	10,4	9,3	9,4	7,9	7,2	15,7	13,1	9,5	16,5	12,1	8,4	8,3	10,3	3,9	10,3	3,0
Informação e comunicação	9,3	(-) 0,8	9,3	19,3	5,4	5,1	8,1	2,0	6,6	(-) 1,7	1,7	1,3	2,0	1,7	5,4	3,8	7,1
Atividades financeiras e de seguros	12,1	21,3	12,5	(-) 4,7	14,8	3,7	0,3	(-) 11,4	0,9	9,5	0,4	7,1	2,9	17,6	16,0	20,6	2,1
Atividades imobiliárias	(-) 1,6	2,6	3,0	3,0	4,0	1,7	5,3	6,9	8,5	5,8	11,3	9,7	11,1	9,8	8,0	5,5	4,5
Outras atividades de serviços	4,6	9,7	8,9	6,9	3,4	14,9	7,1	5,9	10,9	9,9	8,9	10,7	11,8	10,8	7,5	7,2	4,1
Administração, saúde e educação públicas	9,9	10,7	9,0	5,8	12,5	8,8	10,6	14,4	8,5	8,0	9,1	7,6	12,0	9,4	8,2	6,4	5,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.
Nota: A escala de cores varia para cada ano, indicando variações positivas ou negativas em relação à média do ano. Conforme a taxa apresente resultados positivos maiores sua coloração terá tons mais escuros de verde, enquanto a tonalidade salmão será mais forte para resultados negativos mais expressivos.

A tabela de variação do número de ocupações mostra a tendência de crescimento para a média da economia em todo o período de 2001 a 2014, seguida de uma queda nos anos 2015 e 2016. O ano 2017 mostra resultados mistos, com crescimento das ocupações para a média da economia, mas queda em várias atividades. A série mostra também que crescimentos mais significativos nas ocupações, no período entre 2002 e 2013, ocorreram nas atividades *Indústrias extrativas* e *Informação e comunicação*, enquanto a *Agropecuária* registra redução no número de ocupações na maior parte da série.

A variação de preços do valor adicionado bruto em relação à média indica como evoluem os preços de produção e os custos por atividade. Atividades com preços de produção crescendo mais que os preços dos custos têm variações positivas nesse indicador, por outro lado, quando são os custos que sobem mais, as variações são negativas. Além disso, observa-se para cada ano uma variação média de preços para a economia e o desempenho das atividades pode ser considerado favorável ou desfavorável conforme situe-se acima ou abaixo dessa média, respectivamente. No ano de 2017 as *Indústrias extrativas*, influenciadas pela recuperação dos preços internacionais das commodities após a queda observada no ano anterior, são as que tiveram maior variação de preços no valor adicionado bruto, com 55,3% contra os 3,3% médios da economia. Por outro lado, após alta em 2016, os preços do valor adicionado bruto da *Agricultura* caem 13,5%.

Setores institucionais

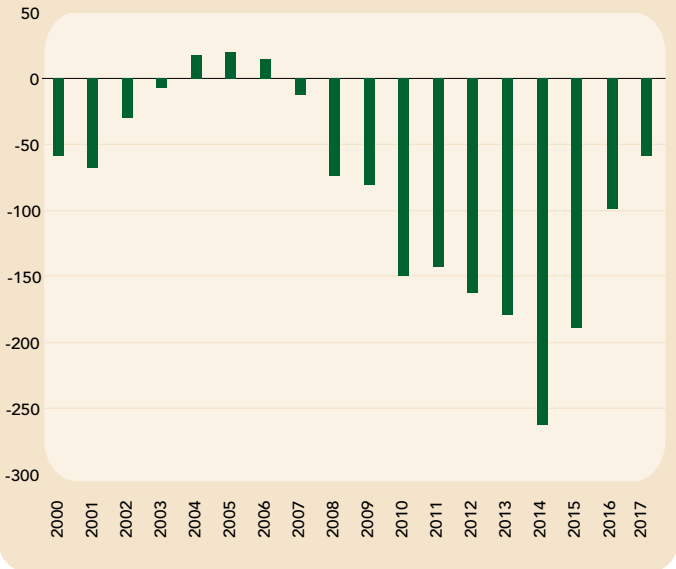
A necessidade líquida de financiamento da economia brasileira em 2017 foi de R$ 67,4 bilhões, registrando uma queda nominal de 31,1% em relação ao ano anterior (R$ 97,8 bilhões). Essa melhora foi influenciada basicamente pelo desempenho do comércio exterior e pelas rendas líquidas de propriedades enviadas ao resto do mundo.

No tocante ao comércio exterior, o crescimento das exportações de bens e serviços, em termos nominais, de 5,5% em 2017 (R$ 781,6 bilhões em 2016, contra R$ 824,4 bilhões em 2017), superior, portanto, ao incremento de 2,7% das importações de bens e serviços (que passou de R$ 756,5 bilhões em 2016 para R$ 777,1 bilhões em 2017), gerou um saldo externo de bens e serviços de R$ 47,3 bilhões. Diante do saldo do ano anterior de R$ 25,1 bilhões, houve uma melhora de R$ 22,2 bilhões, um incremento de 88,8%, em termos nominais.

Neste ano, ocorreu também uma queda no envio líquido de rendas de propriedade ao resto do mundo, que passou de R$ 134,0 bilhões, em 2016, para R$ 124,0 bilhões em 2017, contribuindo com R$ 10,0 bilhões na melhora da necessidade de financiamento do País. Os lucros reinvestidos de investimento estrangeiro direto pelo resto do mundo tiveram uma participação decisiva, já que registraram um incremento de 198,3% (R$ 16,7 bilhões em 2016, contra R$ 49,8 bilhões em 2017), enquanto os lucros reinvestidos pela economia brasileira no resto do mundo apresentaram um crescimento robusto, porém inferior (96,6%).

Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento da economia (R$ bilhões)

2000-2017



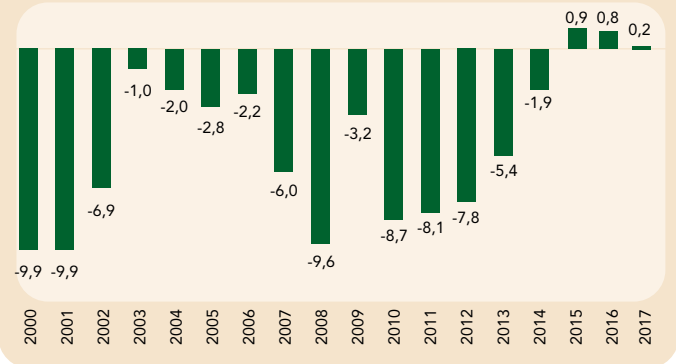
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O setor empresas não financeiras

O setor empresas não financeiras apresentou uma capacidade de financiamento em 2017 (R$ 5,0 bilhões). Em ambientes macroeconômicos desfavoráveis é normal que as empresas não financeiras promovam fortes ajustes em seus dispêndios, principalmente no consumo intermediário e investimentos, reduzindo assim sua necessidade de financiamento. No entanto, mesmo em cenários adversos, é raro não ocorrer necessidade de financiamento nesse setor. No triênio 2015-2017 as empresas não financeiras apresentaram uma capacidade acumulada de R$ 52,5 bilhões.

Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento em relação ao valor adicionado bruto das empresas não financeiras (%)

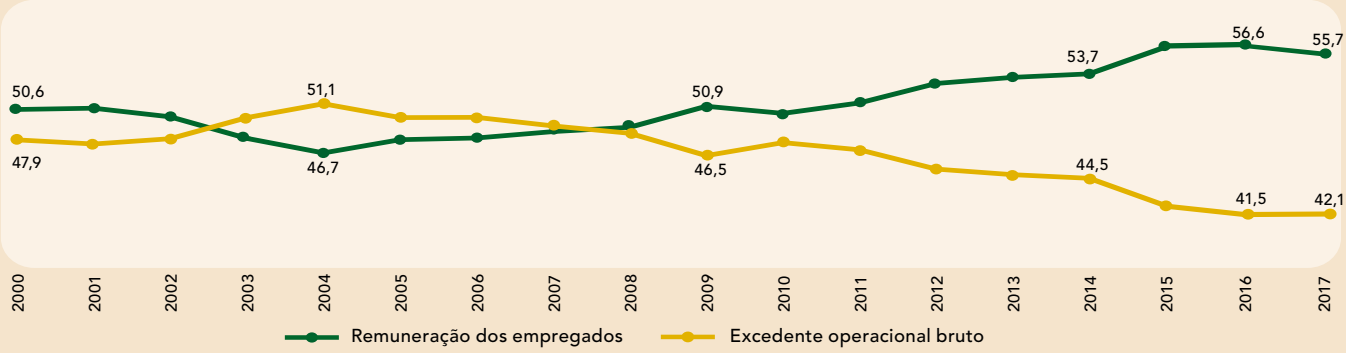
2000-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Evolução da remuneração dos empregados e do excedente operacional bruto em relação ao valor adicionado bruto das empresas não financeiras (%)

2000-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

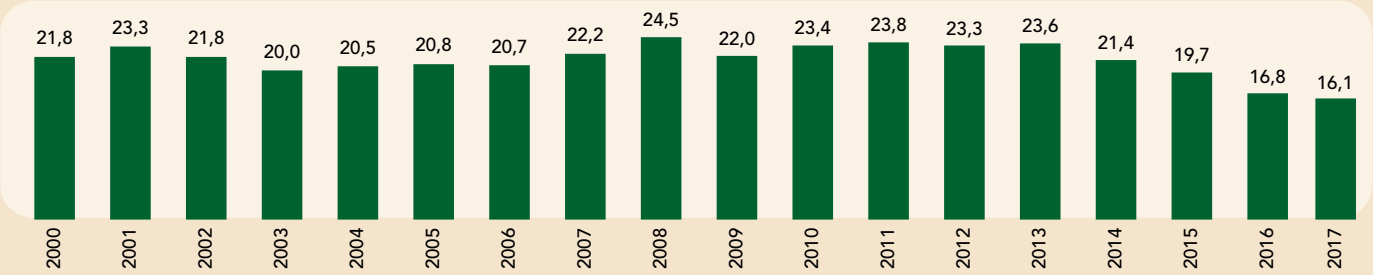
Pela primeira vez desde 2010, o excedente operacional bruto do setor apresentou crescimento nominal superior ao das remunerações pagas aos empregados em relação ao ano anterior. Tal fato fez com que, também pela primeira vez na atual década, o fator de produção capital aumentasse sua participação na renda gerada pelo setor, em detrimento do fator remuneração. A poupança bruta também reverteu sua trajetória de queda em 2017, passando de R$ 468,9 bilhões em 2016 para R$ 501,2 bilhões em 2017.

Em 2015 e 2016, verificou-se na conta de capital das empresas não financeiras, a redução de investimentos, bem como uma desestocagem. Já em 2017, observou-se uma leve recuperação da formação bruta de capital fixo e a volta da formação de estoques, indicando o início de uma reversão desse quadro. Cabe notar, porém, que a formação bruta de capital fixo ainda acumula queda de 19,5% em relação ao seu valor nominal de 2013 (último ano com crescimento nominal desde 2010), tendo sua participação em relação ao valor adicionado bruto (16,1%) atingido o menor patamar registrado na série iniciada em 2000.

Formação bruta de capital fixo / valor adicionado bruto (%)

Empresas não financeiras

2000-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O setor empresas financeiras

O valor adicionado bruto do setor empresas financeiras apresentou um crescimento nominal de 1,0% em 2017 em relação ao ano anterior, alcançando R$ 427,2 bilhões.

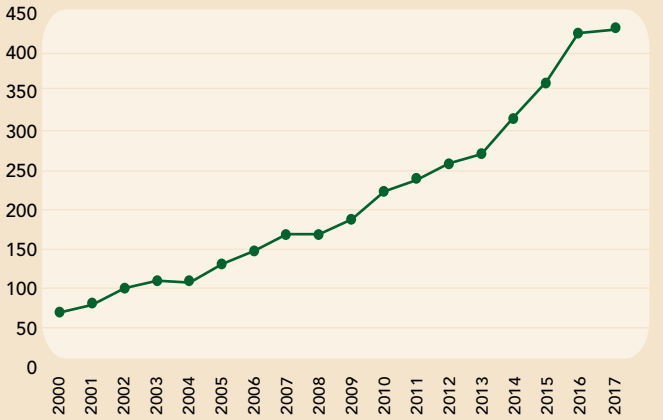
Além da queda da atividade econômica em 2015 e 2016, com pequena recuperação em 2017 e dos índices de inadimplência no patamar de 3,7%, os bancos foram obrigados a lidar com a queda dos *spreads* em razão, também, da política determinada pelo Banco Central do Brasil de promover gradativos cortes na taxa de juros (Selic). O volume de crédito em 2017 apresentou um recuo de 0,5% comparado ao ano anterior. A relação crédito/PIB passou para 47,1% em 2017, contra 49,6% em 2016, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Com esta conjuntura, a produção dos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos – serviços ligados a concessão de crédito – teve queda nominal de 4,3% em relação a 2016, constituindo um dos fatores que contribuíram para o crescimento moderado do valor adicionado bruto do setor financeiro. A forte redução da taxa Selic, que fechou o ano no patamar de 7,0% a.a, contra 13,8% a.a em 2016, teve uma contribuição decisiva para a queda nominal dos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos. Essa redução da taxa de juros foi influenciada, dentre outros motivos, pela queda da taxa de inflação ao longo do exercício de 2017, que no acumulado do ano ficou em 3,0%.

Por outro lado, houve um aumento de 4,4% na produção de serviços financeiros diretamente medidos – serviços associados ao pagamento de tarifas etc, compensando em parte o menor volume de crédito. O consumo intermediário do setor apresentou crescimento de 0,9% nominal, condizente com as medidas tomadas pelas instituições financeiras no sentido de promover ajustes operacionais nos custos, como o recuo de 6,8% no número de agências bancárias em 2017, segundo o segundo o Banco Central do Brasil.

Valor adicionado bruto das empresas financeiras (R$ bilhões)

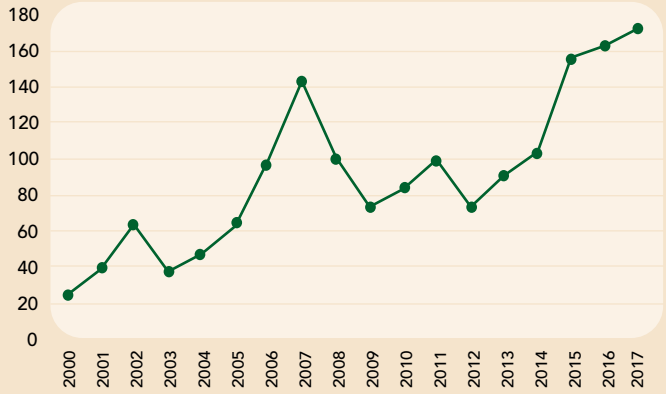
2000-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Capacidade (+) /necessidade (-) líquida de financiamento das empresas financeira (R$ bilhões)

2000-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O subsetor seguros, previdência e planos de saúde, contribuiu positivamente para a capacidade líquida de financiamento do setor financeiro, que foi de R$ 187,9 bilhões em 2017. Na parte relativa à previdência complementar, as receitas das contribuições sociais efetivas das famílias/empregados, apresentaram uma queda 21,8% em termos nominais, em relação a 2016, oriundas dos menores rendimentos a pagar sobre fundos de pensão, enquanto os benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie, aumentaram 12,0%. Esse descasamento acabou não afetando negativamente o resultado do setor, já que foi compensado pela queda de 72,1% no ajustamento pela variação dos direitos de pensão, direito das famílias.

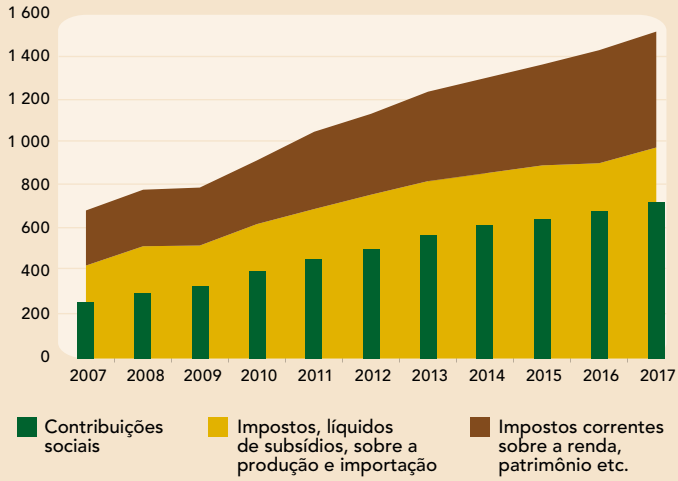
O setor governo

A produção do setor governo, avaliada pelos seus custos de produção, atingiu R$ 1,3 trilhão em 2017. O consumo intermediário apresentou queda de 2,0% nominal em relação ao ano anterior, chegando a R$ 340,9 bilhões, enquanto o valor adicionado bruto foi de R$ 1 001,0 bilhões, o que representou 5,9% de crescimento nominal em relação a 2016. Com esta elevação, a participação do setor no valor adicionado bruto total da economia alcançou 17,7%, acima dos 17,4% do ano anterior.

Pelo lado dos recursos, a receita de impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação aumentou 8,0% em termos nominais, um incremento de cerca de 1,0 ponto percentual de participação no total das receitas de impostos e contribuições do governo. No sentido oposto, os impostos sobre a renda, patrimônio, dentre outros, perderam participação nos tributos de aproximadamente 0,8 ponto percentual, por causa, primordialmente, da repatriação de recursos do exterior que majorou a arrecadação no ano anterior. As contribuições sociais tiveram ligeiro recuo de 0,2 ponto percentual no total das receitas de impostos e contribuições do governo, excluindo as contribuições sociais imputadas e os subsídios.

Evolução dos impostos e contribuições sociais (R$ bilhões)

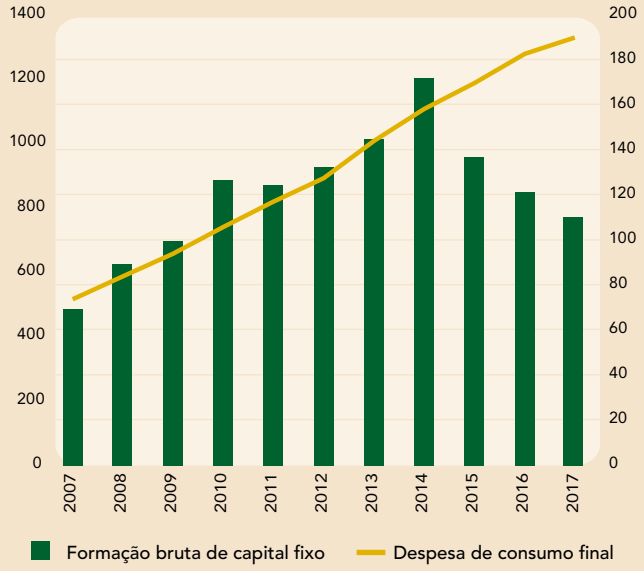
2007-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

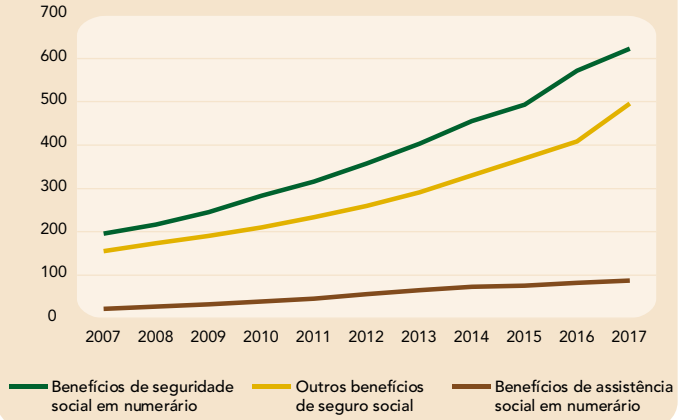
Em relação aos usos, mantendo a tendência de queda dos últimos dois anos, a formação bruta de capital fixo do governo geral passou de R$ 121,2 bilhões em 2016 para R$ 109,2 bilhões em 2017, registrando um decréscimo, em termos nominais, de cerca de 9,9%. Este movimento foi influenciado especialmente pela queda dos investimentos na esfera municipal. A despesa de consumo final do governo cresceu 3,9% em termos nominais.

Formação bruta de capital fixo e consumo final do governo (R$ bilhões)
2007-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Benefícios sociais do setor governo geral (R$ bilhões)
2007-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

O governo geral registrou aumento na necessidade de financiamento do setor público (NFSP), de R$ 448,4 bilhões em 2016 para R$ 465,2 bilhões em 2017. Esse comportamento da NFSP foi influenciado, entre outros fatores, pelo crescimento nominal de 13,4% no pagamento dos benefícios sociais, contra 5,1% no recebimento das contribuições socias efetivas, com destaque aos outros benefícios de seguro social (21,4%). Esta categoria foi impactada pela liberação de saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, decorrentes da Lei nº 13.446, de 25.05.2017. Os benefícios de assistência social, que incluem os benefícios de prestação continuada, o Bolsa Família e outros, em contraste, registraram variação positiva de 5,4% no ano.

O setor famílias

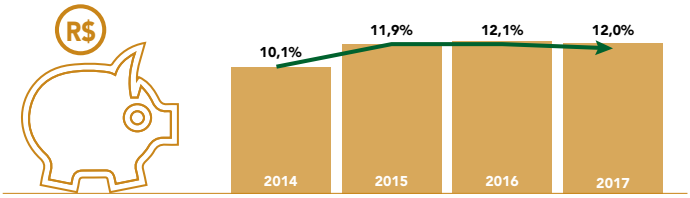
A principal fonte de renda do setor famílias é a remuneração dos empregados, paga, principalmente, por empresas e governo. As famílias também podem ter rendimentos da própria produção, como no caso dos autônomos e dos trabalhadores por conta própria. A renda disponível é formada por essas rendas acrescida de outras remunerações e transferências, subtraindo pagamentos como despesas com juros e contribuições sociais.

A participação da remuneração na renda disponível das famílias apresentou trajetória de crescimento até 2011, quando atingiu o patamar máximo na série de 65,3% do total. Todos os anos seguintes registraram queda nessa relação, que era de 62,1% em 2017.

A renda consumida, ou seja, a parcela do consumo final das famílias na renda disponível, vem caindo desde 2015 (90,3%). Em 2017, a participação do consumo final caiu para 88,3%.

A poupança, que corresponde a diferença entre renda disponível e consumo das famílias, apresentou uma relação inversa à da relação consumo final/renda disponível. Entre 2014 e 2016, houve um aumento da participação da poupança na renda disponível (10,1% para 12,1%), sendo que em 2017, a participação caiu para 12,0%.

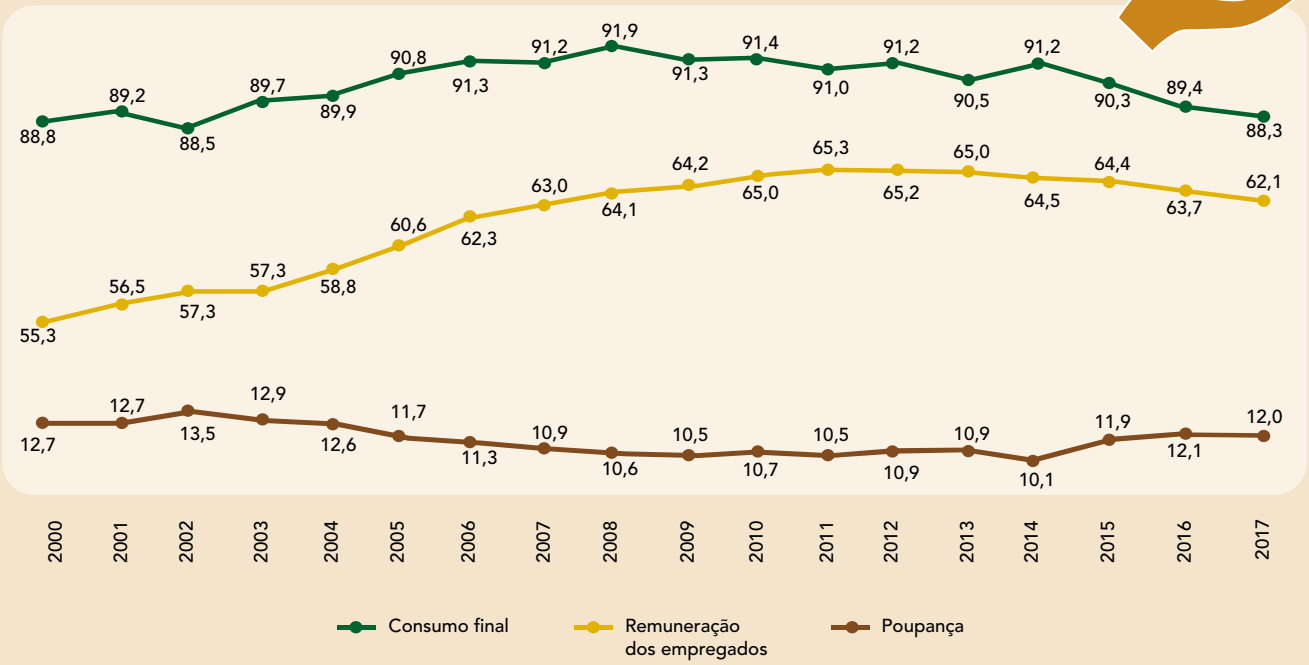
Participação da poupança na renda disponível



Em 2017, os benefícios sociais recebidos pelas famílias cresceram 13,4%, influenciados basicamente pela liberação de saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, enquanto as contribuições sociais pagas por este setor aumentaram apenas 2,6%. Tal fato, teve contribuição no aumento nominal de 5,5% na despesa de consumo final, bem como de 21,0% na capacidade de financiamento do setor, que passou de R$ 168,7 bilhões em 2016 para R$ 204,3 bilhões em 2017.

Participação na renda disponível das famílias (%)

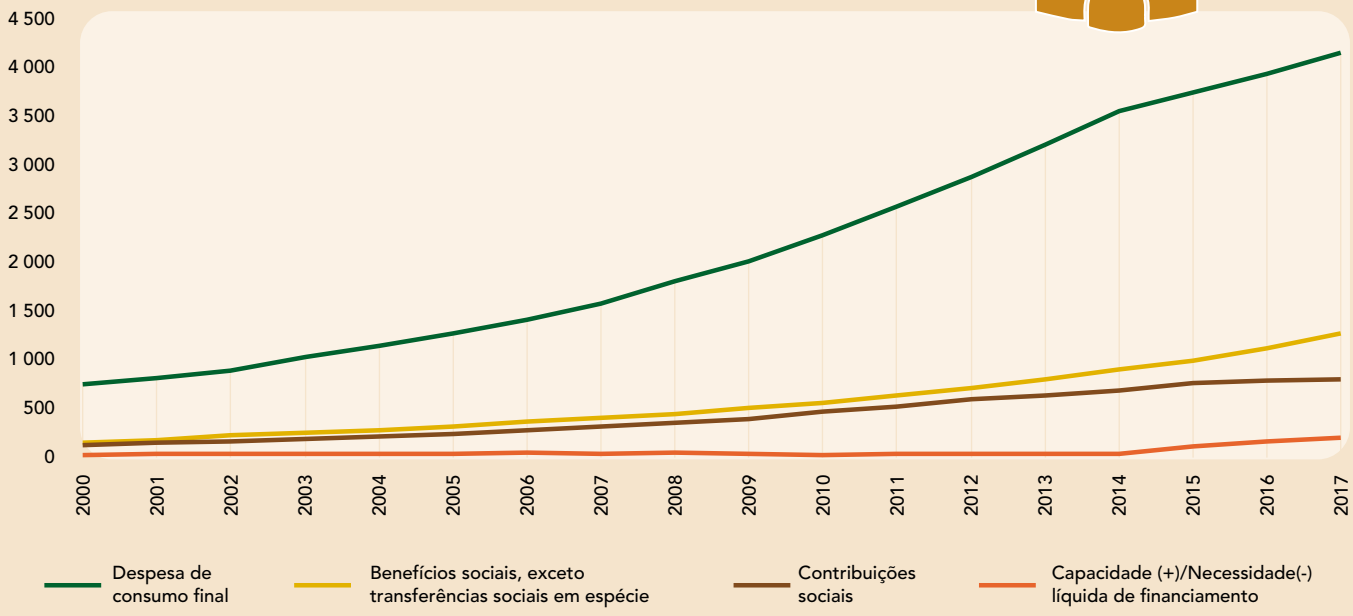
2000-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Consumo final, benefícios sociais, contribuições e capacidade de financiamento das famílias (R$ bilhões)

2000-2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

SCN 2017

Visão sintética do panorama econômico nacional, segundo os principais indicadores
2010-2017

Principais indicadores	Visão sintética do panorama econômico							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Produção e renda								
Produção								
PIB (variação percentual em volume)	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	(-) 3,5	(-) 3,3	1,3
PIB (1 000 000 000 R$)	3 885,8	4 376,4	4 814,8	5 331,6	5 779,0	5 995,8	6 269,3	6 583,3
PIB *per capita* (R$)	19 938,6	22 259,9	24 278,3	26 657,5	28 648,7	29 466,8	30 558,7	31 833,5
Ótica da produção (variação percentual em volume)								
Valor adicionado bruto da agropecuária	6,7	5,6	(-) 3,1	8,4	2,8	3,3	(-) 5,2	14,2
Valor adicionado bruto da indústria	10,2	4,1	(-) 0,7	2,2	(-) 1,5	(-) 5,8	(-) 4,6	(-) 0,5
Valor adicionado bruto dos serviços	6,5	3,5	2,9	2,8	1,0	(-) 2,7	(-) 2,2	0,8
Ótica da demanda (variação percentual em volume)								
Despesa de consumo final	5,7	4,2	3,2	3,0	1,9	(-) 2,8	(-) 2,9	1,3
Formação bruta de capital fixo - FBCF	17,9	6,8	0,8	5,8	(-) 4,2	(-) 13,9	(-) 12,1	(-) 2,6
Exportação de bens e serviços	11,7	4,8	0,7	1,8	(-) 1,6	6,8	0,9	4,9
Importação de bens e serviços	33,6	9,4	1,1	6,7	(-) 2,3	(-) 14,2	(-) 10,3	6,7
Renda, poupança e investimento (%)								
Poupança/PIB	17,8	18,6	17,7	18,1	16,1	14,5	13,4	13,6
Taxa de investimento - FBCF/PIB	20,5	20,6	20,7	20,9	19,9	17,8	15,5	14,6
Poupança/renda disponível bruta	18,3	19,1	18,1	18,4	16,4	14,8	13,7	13,8
Taxa de autofinanciamento - poupança/FBCF	86,6	90,2	85,3	86,7	81,1	81,4	86,3	93,3
Remuneração dos empregados/PIB	41,6	42,2	42,8	43,2	43,5	44,6	44,7	44,4
Excedente operacional bruto + rendimento misto bruto/PIB	42,2	41,9	41,3	41,2	41,6	40,4	40,8	40,7
Capacidade (+) ou Necessidade (-) líquida de financiamento/PIB	(-) 4,0	(-) 3,2	(-) 3,7	(-) 3,5	(-) 4,4	(-) 2,9	(-) 1,6	(-) 1,0
Setor externo								
Saldo em transações correntes (1 000 000 000 US$) (1)	(-) 79,0	(-) 76,3	(-) 83,8	(-) 79,8	(-) 101,4	(-) 54,5	(-) 24,0	(-) 7,2
Grau de abertura da economia: (importações + exportações)/PIB (%)	22,8	23,9	25,1	25,8	24,7	27,0	24,5	24,3
Investimento Direto no País - IDP (1 000 000 000 US$) (1)	82,4	102,4	92,6	75,2	87,7	60,3	73,4	70,3
Investimento estrangeiro em carteira (1 000 000 000 US$) (1)	(-) 66,9	(-) 41,2	(-) 15,8	(-) 32,3	(-) 41,4	(-) 22,2	19,0	14,0
Reservas internacionais (1 000 000 000 US$) (1)	288,6	352,0	373,1	358,8	363,6	356,5	365,0	374,0
Política monetária, câmbio e preços								
IPCA (%) (2)	5,0	6,6	5,4	6,2	6,3	9,0	8,7	3,4
Taxa de juros SELIC (%) (1)	9,8	11,6	8,5	8,2	10,9	13,3	14,0	9,9
Taxa de câmbio (R$/US$) (1)	1,8	1,7	2,0	2,2	2,4	3,3	3,5	3,2
Trabalho								
Variação do número de ocupações (%)	1,6	1,5	1,4	1,6	2,9	(-) 3,3	(-) 1,6	1,3
Finanças públicas (%)								
Carga tributária bruta (impostos + contribuições/Produto Interno Bruto) (3)	33,1	33,9	33,5	33,5	32,8	33,0	33,3	33,4
Carga tributária líquida/Produto Interno Bruto (4)	18,9	19,6	18,6	18,1	16,7	16,2	15,1	14,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Dados obtidos do Banco Central do Brasil. (2) Média dos preços no ano, contra média do ano anterior. (3) Não inclui as contribuições sociais imputadas. (4) Desconta, da carga tributária bruta, os subsídios, benefícios e transferências às Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Normalização textual
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Documentação

Projeto gráfico
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Pixabay

Impressão
Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**, procure o **IBGE**.

/ibgecomunica /ibgeoficial

/ibgeoficial /ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

(21) 97385-8655

IBGE

Links

Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa/estudo

https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html